

Discurso de S. Ex.<sup>a</sup> o Primeiro-Ministro no Evento de Alto-Nível  
da 22.<sup>a</sup> Conferência das Partes  
da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas

Marraquexe, 15 de novembro de 2016

Sua Majestade o Rei de Marrocos

Exmos. Senhores Chefes de Estado e de Governo

Excelências,

Senhoras e Senhores,

É com muito gosto que participo na 22.<sup>a</sup> Conferência das partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que decorre em Marrocos, na belíssima cidade de Marraquexe, país vizinho e amigo de Portugal com quem desenvolvemos um número muito significativo de iniciativas conjuntas, nos mais variados domínios, que favorecem o desenvolvimento das nossas economias e, acima de tudo, aproximam os nossos cidadãos, traduzindo-se num excelente relacionamento bilateral.

Permitam-me ainda um aplauso à capacidade mobilizadora, organizativa e ao magnífico acolhimento demonstrado pelos nossos amigos marroquinos, que assumem a partir de agora a Presidência da COP com a passagem de testemunho da Presidência francesa.

Cabe-me aqui enaltecer o admirável trabalho realizado pela Presidência francesa que foi absolutamente instrumental na concretização do que até Paris não passava de um desejo por nós partilhado e que graças ao empenho de todos, mas sob a firme e esclarecida liderança francesa, foi possível materializar com o chamado Acordo de Paris de combate às alterações climáticas.

Não é de mais salientar que além de duradouro e ambicioso, este é o primeiro compromisso juridicamente vinculante de toda a comunidade internacional num domínio decisivo como o da luta às alterações climáticas.

Apraz-me ainda elogiar o Reino de Marrocos pelas iniciativas empreendidas no seguimento do Acordo alcançado por consenso em Paris, recordando as palavras da Senhora Ministra do Ambiente de Marrocos de que o "Acordo de Paris cria novas fundações para o mundo de amanhã", estando certo de que Marraquexe escreverá uma nova "página na história do clima".

Menos de um ano depois da adoção do Acordo de Paris e ainda antes da data prevista, registamos com satisfação que foi alcançado o duplo critério para a sua entrada em vigor, com o contributo que nos cabe sublinhar da ratificação de Portugal, em 5 de outubro de 2016.

No entanto, temos que ter presente que, à medida que o tempo passa, a concentração de gases com efeito de estufa na atmosfera aumenta, tornando os esforços futuros de redução de emissões para atingir estes objetivos cada vez mais ambiciosos.

Urge, assim, implementar este Acordo, ao nível dos seus mecanismos de financiamento, de mercado, de reporte e monitorização, o que Portugal gostaria de ver concretizado até à próxima CoP 23.

Quanto mais rapidamente se iniciarem os esforços internacionais de descarbonização das economias, mais recursos serão poupados nas necessidades de adaptação às alterações climáticas, sendo esta a opção económica racional, numa perspetiva de médio e longo prazo.

No curto prazo, Paris representa, também, uma oportunidade para o desenvolvimento e transformação da economia e para a criação de empregos, produtos e serviços, através das novas oportunidades de mercado ligadas às tecnologias de baixo carbono.

O Acordo de Paris apresenta outra grande vantagem: a sua flexibilidade. Com efeito, a revisão do nível de ambição das contribuições dos Estados, a cada 5 anos, permite um contínuo ajustamento das suas ambições de descarbonização às constatações científicas relativas às necessidades globais de redução de emissões, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos do Acordo.

O sentido de justiça internacional também faz parte deste Acordo. Os Estados mais desenvolvidos reconheceram a sua responsabilidade histórica e vão mobilizar apoio tecnológico, financeiro e de capacitação institucional aos países menos desenvolvidos, promovendo a cooperação internacional, a troca de experiências e a efetiva participação de todos os países no Acordo.

Portugal é um dos países da União Europeia que mais será afetado pelos efeitos das alterações climáticas. Sem significativos esforços de mitigação a nível global, para limitar o aquecimento global, irá sofrer sérios prejuízos ao nível do seu território e da sua economia.

Queremos, assim, dar o exemplo e estamos já a preparar o processo de revisão do nosso Roteiro de Baixo Carbono para 2050 com o objetivo de sermos neutros em emissões de gases com efeito de estufa até ao final da primeira metade do século.

Mas não esperámos pela conclusão dessa estratégia para atuar.

Uma das prioridades nacionais, com diversas políticas já implementadas, passa pela descarbonização no setor dos transportes quebrando a primazia do transporte individual, valorizando o transporte coletivo e os modos de mobilidade suaves, bem como promovendo a mobilidade elétrica.

Elegemos, também, a reabilitação urbana, com particular enfoque para a promoção da eficiência energética, como uma prioridade, canalizando várias fontes de financiamento para a sua efetiva prossecução.

Estamos também a desenvolver políticas e iniciativas no campo da economia circular para promover o uso eficiente de recursos e diminuir as emissões dos processos de produção e os resíduos finais.

No combate às alterações climáticas, assume particular preponderância a implementação de medidas de prevenção, proteção e adaptação dos territórios, medidas essas transversais a todos setores da economia, demonstrando a necessidade de uma ação integrada e concertada em Portugal.

Neste contexto, e cientes da forte relação de interdependência entre o combate às alterações climáticas e a saúde e resiliência dos oceanos, Portugal, enquanto país eminentemente marítimo, tem-se empenhado, no plano interno e externo, na promoção de medidas que permitam mitigar o impacto das alterações climáticas sobre os ecossistemas marinhos. Saudamos por isso a realização do "*Oceans Action Day*" à margem da CoP22, que visa estimular uma ação concertada a nível global que permita responder a estes desafios.

Assinalamos a importância da realização da primeira Conferência das Partes do Acordo de Paris, em África. Nesta CoP de Ação, destacamos as palavras do Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, em como "os países africanos pouco contribuíram para as alterações climáticas, mas serão dos mais afetados por este desafio global". Portugal tem assumido a sua responsabilidade e vindo a investir na cooperação climática, com especial enfoque nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

À luz deste novo enquadramento internacional e dos desafios globais que enfrentamos, incluindo em matéria de financiamento, segurança e migrações, adaptação da agricultura e das florestas, promoção de uma justiça climática, reforço de capacidades e transferência de tecnologias, procuramos apoiar os esforços de mitigação e adaptação às alterações climáticas, no continente africano.

Portugal continuará a contribuir para estes objetivos e a apoiar os esforços de implementação do Acordo de Paris por parte destes países, tendo já decidido canalizar para esse efeito um montante de 10 milhões de Euros no período 2017-2020.

Como referido pelo Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, "o que antes parecia impensável, agora é imparável. O apoio internacional forte para que o Acordo de Paris entre em vigor é uma prova da urgência para a ação, e reflete o consenso dos governos em como a cooperação global robusta, baseada na ação nacional, é essencial para enfrentar o desafio do clima".

Esta cooperação global deverá promover de forma transparente e inclusiva o envolvimento de outros atores e partes interessadas, incluindo o setor privado, as autoridades locais, a academia e restante sociedade civil, o que Portugal defende através do Compromisso para o Crescimento Verde, subscrito pelo Governo e por cerca de 100 organizações da sociedade civil, que integram a Coligação para o Crescimento Verde, estabelecendo iniciativas, metas e indicadores de progresso concretos, em todos os setores da economia.

Reconhecendo a complementaridade entre o combate às alterações climáticas e desenvolvimento sustentável, Portugal sublinha que a implementação do Acordo de Paris deverá prosseguir em simultâneo com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, de forma a limitar o aquecimento global médio e garantir o progresso na qualidade de vida das gerações futuras.

É com muito agrado que estamos aqui hoje, poucos dias depois da entrada em vigor do Acordo de Paris, e naquela que é a sessão de abertura da Conferência das Partes do Acordo.

Continuaremos totalmente empenhados no sucesso das negociações internacionais sobre alterações climáticas e comprometidos com a ambição política do Acordo de Paris.

Como referido recentemente pela Senhora Secretária Executiva da Convenção, o Acordo de Paris é “uma dádiva de esperança”. E esta dádiva necessita do esforço e ação de todo e cada um de nós para alcançar um futuro melhor, mais seguro, próspero e sustentável para as gerações vindouras.

Muito obrigado.